**TIMBRE DA PROPONENTE**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO DE VEDAÇÃO AO RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**

Declaro que o Município/Estado de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ não realizou operação de crédito enquadrada no § 1º do art. 33 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) em atendimento ao art. 22, inciso XVII, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016.

Esta declaração é válida para o mês de sua assinatura e segue anexo seu comprovante de remessa para o Tribunal de Contas.

Local e data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Chefe do Poder Executivo ou Secretário de Finanças